



### QUALIDADE INFORMACIONAL DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DE EMPRESAS PREMIADAS POR SUAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UMA ANÁLISE COM BASE NOS INDICADORES DA ONU<sup>1</sup>

Alessandra Vasconcelos Gallon<sup>a</sup>; Jackeline Lucas Souza<sup>a</sup>; Luciana Silva Torres<sup>a</sup>; Magdalena Inglês da Costa<sup>a</sup>

<sup>a</sup> Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil

#### Resumo

Dada a importância do Relatório de Sustentabilidade como instrumento de gestão e de divulgação dos investimentos e das ações praticadas pelas empresas na área socioambiental, o presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade informacional dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) do período de 2007 a 2009, divulgados pelas empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU. Trata-se de um estudo descritivo, de natureza quali-quantitativa, reunindo uma amostra de 25 empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009) ou vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009). A qualidade informacional dos RS foi investigada por meio da técnica da Análise de conteúdo e mensurada a partir dos indicadores da ONU. Para a avaliação estatística foi utilizada a Análise de cluster. Os resultados demonstram que as categorias do Guia da ONU que apresentaram os maiores níveis de evidênciação no período analisado são Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, Saúde e segurança e Contribuições ao governo e à sociedade, em detrimento das informações relativas à Corrupção, que apresentam a menor incidência de evidênciação, possivelmente por expressarem externalidades negativas das empresas. Na análise de clusters, constatou-se que a maioria das empresas classificou-se no cluster 2 (evidênciação moderada), representando 76% das empresas analisadas. Já cinco empresas, o equivalente a 20%, classificaram-se no cluster 1 (evidênciação baixa) e apenas uma no cluster 3 (evidênciação elevada), o que demonstra que mesmo empresas consideradas como benchmark por suas práticas de responsabilidade social ainda têm um longo caminho a trilhar no sentido da transparência e qualidade da divulgação de suas práticas socioambientais.

**Palavras-chave:** Evidênciação, Relatório de Sustentabilidade (RS), Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa.

#### 1. INTRODUÇÃO

Os incentivos governamentais e as inúmeras premiações que contemplam à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) fomentam a transformação do modelo de gestão tradicionalista da empresa, com uma visão mais direcionada para resultados internos e pecuniários, em uma gestão corporativa que preconiza preceitos da sustentabilidade, observando o impacto da sua existência na sociedade. Nesse sentido, Bansal e Roth (2000) afirmam que há basicamente três motivações para uma empresa se tornar social e ambientalmente pró-ativa: motivações éticas, competitivas e relacionais.

Além de fatores de pressão positiva e negativa, a demanda de alguns agentes é fundamental no incentivo dado às empresas para evidenciar voluntariamente informações socioambientais (RIBEIRO; VAN BELLEN, 2008). De acordo

com Gray e Bebbington (2001), entre os principais agentes de influência relacionados às iniciativas voluntárias na evidênciação socioambiental de uma empresa, destacam-se: Nações Unidas (ONU), *Global Reporting Initiative* (GRI), Comitês de desenvolvimento, Associações industriais, *Eco-labelling* (proteção de efeito semelhante ao das barreiras técnicas ao comércio) e Prêmios socioambientais (fator considerado na pesquisa).

Divulgar informações e prestar contas acerca do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental aos *stakeholders* é o objetivo principal da evidênciação das empresas, o que pode levar, subsidiariamente, ao destaque e ampla visibilidade proporcionados com a conquista de premiações por práticas de responsabilidade social e ambiental. Nessa perspectiva, para o reconhecimento das práticas de responsabilidade socioambiental realizadas pelas empresas torna-se imprescindível a publicação de instrumento não obrigatórios, como o Balanço Social ou do Relatório de Sustentabilidade, eficazes e com boa qualidade informativa, embora não haja um consenso sobre o modelo ideal e seu conteúdo (MENEZES; CUNHA; DE LUCA, 2010).



Conforme elucida Dye (2001), em linhas gerais, espera-se que os benefícios gerados pela divulgação de informação não-obrigatória sejam superiores aos seus custos. Para Gray et al. (2001) também é possível considerar a divulgação voluntária, na qual se inserem as informações ambientais, como uma forma de redução dos custos de agência.

Segundo Labatt e White (2002) a atenção sobre a gestão ambiental tem crescido em praticamente todos os segmentos do mercado. Vanstraelen, Zazerski e Robb (2003) afirmam que o processo decisório deve ter como apoio um conjunto de informações que retratem a real situação da empresa. Dessa forma, a discussão acerca da extensão das informações voluntárias, sobretudo de natureza social e ambiental, gera dúvidas sobre o quê e quanto deve ser divulgado, devido à inexistência de parâmetros previamente definidos.

Segundo Menezes, Cunha e De Luca (2010, p. 2), a evidenciação de informações sociais, “abrangendo os segmentos socioeconômico e ambiental, pode ter caráter qualitativo e quantitativo, e visa mostrar, a colaboradores, parceiros internos e externos e à sociedade, as ações da empresa relacionadas aos projetos voltados para a proteção do meio ambiente.”

Do exposto, este estudo procura investigar a associação de duas temáticas distintas – a Evidenciação voluntária e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), de maneira a responder ao seguinte questionamento: Qual o nível de evidenciação das informações sociais divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade (RS) de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, sob o enfoque dos Indicadores da ONU? Para tal questionamento têm-se como objetivo geral: analisar a qualidade informacional dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) do período de 2007 a 2009, divulgados pelas empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU.

A escolha das empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e das vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009) se justifica pelas duas premiações considerarem como critério de avaliação as principais referências de indicadores de RSC no Brasil e no mundo. Conforme Gray, Owen e Adams (1996), a pesquisa acerca da evidenciação de informações ambientais e sociais é extremamente necessária em países menos desenvolvidos, visto a presença de empresas multinacionais nesses países. Em conformidade com a afirmação dos autores, acredita-se que os achados desta pesquisa, sobre o comportamento da divulgação de informações sociais nos RS de empresas socialmente responsáveis proeminente do prêmio recebido, consideradas neste estudo como referencial (*benchmark*), poderão servir de parâmetro para outras empresas que não fazem parte desse universo.

O estudo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, apresenta-se a revisão da literatura, contextualizando-se a divulgação de informações socioambientais pelas empresas e estudos empíricos anteriores sobre a temática. Na sequência, vem o proceder metodológico, seguindo-se os resultados da pesquisa. Na última seção, apresentam-se as considerações finais.

## 2. A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PELAS EMPRESAS E ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES SOBRE A TEMÁTICA

Para Rezende e Santos (2006), a adesão das empresas à sustentabilidade, que equivale a um compromisso com a integridade do meio ambiente e com os princípios da responsabilidade social, fez com que o mercado financeiro, por meio das instituições financeiras, introduzisse mudanças institucionais. Essas mudanças dizem respeito à aderência das organizações a um projeto de comprometimento social. Contudo, Coral (2002) adverte que as três condições básicas da sustentabilidade (economia, meio ambiente e sociedade) são muitas vezes vistas como conflitantes no modelo da economia neoclássica, onde as maiores preocupações dos gestores continuam sendo as questões econômicas e tecnológicas.

Como mencionam Anderson e Frankle (1980), a divulgação pública de um conjunto de informações sobre o envolvimento da empresa, com a comunidade, funcionários, meio ambiente e benefícios dos produtos oferecidos é conhecida como *disclosure* social. Rezende e Santos (2006, p. 3) afirmam que a preocupação com o “meio ambiente mediante um desenvolvimento sustentável, além de outras medidas responsáveis, como responsabilidade social e práticas de governança corporativa, está criando uma demanda, dentro do mercado financeiro para produtos voltados a esse nicho”. Isso é, devido à crescente exigência da sociedade, instituições financeiras e investidores, as empresas se veem obrigadas a preocupar-se em melhor evidenciar suas informações referentes às suas ações sociais e ambientais (RIBEIRO; GASPARINO, 2006).

O *disclosure* social se dá, essencialmente, por meio do Balanço Social ou do Relatório de Sustentabilidade (MENEZES; CUNHA; DE LUCA, 2010) embora não haja um consenso sobre o modelo mais adequado. Vale salientar que no Brasil não há obrigatoriedade na divulgação de demonstrações de natureza social pelas empresas, exceto às companhias de capital aberto que são obrigadas a evidenciar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conforme a Lei nº 11.638/2007. Ressalta-se que esse relatório contábil, em termos socioambientais, apresenta somente a distribuição do valor adicionado (riqueza gerada) pela empresa em um determinado exercício entre os *stakeholders*.



Diante da importância do tema, a indagação acerca da divulgação de informações voluntárias sobre as práticas de responsabilidade social e/ou ambiental por empresas brasileiras ocasionou uma série de pesquisas nos últimos anos, das quais, observa-se muitos resultados contraditórios e, algumas vezes, inconsistentes.

Entre os estudos que abordaram a temática destacaram-se os realizados por Wilmshurst e Frost (2000), Rezende (2007), Milani Filho (2008), Cunha e Ribeiro (2008), Rezende, Junqueira e Medeiros (2008), Lucena e Travassos (2009), Oliveira *et al.* (2009), Rover e Murcia (2010), Teixeira e Nossa (2010) e Menezes, Cunha e De Luca (2010).

A pesquisa Wilmshurst e Frost (2000) sobre as influências que os gestores de indústrias australianas sofrem na hora de divulgar informações ambientais revelou que os fatores de maior influência foram: o direito dos investidores e acionistas às informações, as obrigações legais e a preocupação com a comunidade.

Rezende (2007) investigou os fundos de investimentos socialmente responsáveis, e verificou se a rentabilidade e *performance* dos fundos de investimento socialmente responsáveis e das empresas que os integram é semelhante aos investimentos convencionais. As evidências encontradas no estudo revelam que apesar dos fundos socialmente responsáveis possuírem uma carteira diferenciada, a hipótese de que sua rentabilidade é semelhante aos outros fundos de ações foi confirmada. Porém, os resultados do estudo sugerem que as empresas que integram esses fundos possuem melhor *performance* que as empresas que não são consideradas socialmente responsáveis.

Milani Filho (2008) analisou se as empresas que se declaram socialmente responsáveis divulgam informações financeiras específicas sobre os recursos gastos em benefício público (investimento social privado) e, se há diferença significativa da dimensão desses gastos entre empresas cujos produtos estão associados a externalidades negativas e as organizações participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Os resultados apontaram que nem todas as organizações que declaram realizar investimentos sociais evidenciam tal fato. Foi constatado que 11,8% das empresas integrantes da carteira do ISE e 72,2% das empresas vinculadas a externalidades negativas, não divulgam informações financeiras sobre o valor de gastos sociais, gerando dúvidas sobre a existência ou a dimensão dos investimentos à comunidade.

O trabalho de Cunha e Ribeiro (2008), que teve como objetivo investigar os incentivos das companhias negociadas no mercado de capitais brasileiro para divulgar voluntariamente informações de natureza social, concluiu que a divulgação voluntária de informações de natureza social está associada positivamente ao nível de governança corporativa, ao desempenho, ao tamanho e à divulgação em período anterior.

Rezende, Junqueira e Medeiros (2008) analisaram as práticas de responsabilidade social de empresas brasileiras premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade de 2007 e constataram que em todas as empresas existe uma responsabilidade social orientada do âmbito interno para o externo, de tal modo que visam desenvolver em seus funcionários uma consciência com relação a trabalhos voluntários e ambientais. Além disso, foi observado que há lacunas em áreas importantes, por isso, aspectos éticos, legais e filantrópicos precisam ser melhores desenvolvidos em algumas organizações.

O estudo de Oliveira *et al.* (2009) buscou investigar a evidência de informações sociais divulgadas pelas empresas brasileiras do Novo Mercado da BM&FBovespa, a partir dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa dispostos no Guia da ONU, e constatou que há disparidade em relação ao nível de divulgação dos indicadores de desempenho não-financeiro, o que reforça a necessidade de uma cultura organizacional que priorize um maior detalhamento de informações sociais, relevantes para a demanda interna e externa da entidade.

Lucena e Travassos (2009) buscaram identificar as diversidades comportamentais e de evidência, em relação às questões sócio, econômico e ambiental, das empresas brasileiras que adotam as diretrizes do GRI. Os autores constataram que o padrão de elaboração nos Relatórios de Sustentabilidade emitidos pelas empresas é compatível com o modelo preconizado pelo GRI, fato que favorece a disseminação do conhecimento sobre o que a empresa está fazendo para administrar sua atuação social e ambiental.

Rover e Murcia (2010) analisaram se o nível de *disclosure* voluntário econômico e socioambiental influencia o custo de capital próprio de empresas brasileiras, considerando o nível de *disclosure* das empresas em relação à informação natureza econômica, social e ambiental. Os resultados da pesquisa apontam que o nível de *disclosure* voluntário influencia o custo de capital das empresas. Porém, não foi aceita a hipótese de que quanto maior o *disclosure* voluntário, menor o custo de capital.

O estudo de Teixeira e Nossa (2010), que teve como objetivo investigar se a forma de financiamento das empresas é afetada pela sua participação no ISE, e se há relação entre o ISE e o risco, averiguou que empresas que sinalizaram responsabilidade social corporativa (RSC) tiveram uma relação negativa com o endividamento e risco quando comparadas com aquelas que não sinalizaram.

Menezes, Cunha e De Luca (2010) investigaram a evidência voluntária de informações sociais de empresas do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, segundo os indicadores de RSC contidos no Guia da ONU e constataram que os indicadores mais evidenciados



são aqueles exigidos pela legislação vigente no país, contrariando a ideia da evidenciação social voluntária, e que os indicadores menos evidenciados são os de caráter não financeiro.

Becchetti, Di Giacomo e Pinnacchio (2005) ressaltam que essas diferenças de resultados encontradas em estudos empíricos não necessariamente refletem erros, mas implicam diferenças nas perspectivas (períodos de observação, empresas selecionadas, medidas de desempenho e abordagens metodológicas). Contudo, como pesquisas têm revelado diferenças significativas, busca-se analisar o conteúdo da divulgação de informações dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU nos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, consideradas neste estudo como *benchmark*.

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

Levando-se em conta o objetivo do estudo, a pesquisa, do tipo descritiva, adota os procedimentos bibliográfico e documental. O estudo tem natureza qualitativa, utilizando a Análise de conteúdo e quantitativa, com tratamento estatístico dos dados, por meio da técnica de Análise de *cluster*.

A Tabela 1 exhibe a população da pesquisa que reúne as empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009), e vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009) – premiações sobre a temática estudada que consideram como critério de avaliação das empresas as principais referências de indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil e no mundo.

Conforme apresenta a Tabela 1, a população da pesquisa compreende 32 empresas, sendo 20 vencedoras do Guia Exame de Sustentabilidade e 12 vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico. Conforme Voss, Pfitscher e Cruz (2010, p. 4), “os prêmios buscam de forma comum uma maior transparência e participação com a comunidade e meio ambiente na visão de encontrar uma situação que seja melhor para todos: governo, sociedade, empresários, cidadãos, natureza e para o futuro.” Na Tabela 2 delimita-se a amostra da pesquisa, a partir do critério de elaboração e publicação dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) dos anos de 2007, 2008 e/ou 2009.

Tabela 1. População da pesquisa

<b>Guia Exame de Sustentabilidade</b>	
<b>Empresas vencedoras (2009)</b>	<b>Crítérios de análise</b>
AES Tietê S.A., Alcoa Alumínio S.A., Amanco Serviços e Participações Ltda, Anglo American Brasil Ltda, Banco Bradesco S.A., BRF - Brasil Foods S.A., Bunge Alimentos S.A., Cia. Energética do Ceará – COELCE, CPFL Energia S.A., EDP - Energias do Brasil S.A., Fibria Celulose S.A., Itaú Unibanco S.A., Masisa do Brasil Ltda, Natura Cosméticos S.A., Philips do Brasil Ltda, Promon S.A., Serasa S.A., Suzano Papel e Celulose S.A., Tetra Pak Ltda e Wall Mart Brasil Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Crítérios ambientais utilizados para todas as etapas do processo produtivo;</i></li> <li>- <i>Empresas que possuem projetos com o desenvolvimento de metas para redução de consumo de água;</i></li> <li>- <i>Publicação dos relatórios de sustentabilidade;</i></li> <li>- <i>Estabelecimento de metas de melhoria de desempenho e prestação de contas dos compromissos assumidos no ano anterior; e</i></li> <li>- <i>Investimentos das companhias em sustentabilidade para enfrentar a última crise mundial, entre outros.</i></li> </ul>
<b>Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico</b>	
<b>Empresas vencedoras (2007, 2008 e 2009)</b>	<b>Categorias de premiação e Crítérios de análise</b>
ABN AMRO Real S.A., Banco Santander Brasil S.A., Bradesco Capitalização S.A., BrasilPrev Seguros e Previdência S.A., Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Cia. de Desenv. dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Eco Negócios Sustentáveis Ltda, E-TAB Tecnologia e Gestão Ltda, INTELCAV Cartões Ltda, Itaipu Binacional, Microsoft Brasil e Multiplus Comercial de Alimentos Ltda.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Categorias: Sustentabilidade no modelo de negócios; Sustentabilidade em novos projetos; Sustentabilidade em processos; e Sustentabilidade em produtos.</i></li> <li>- <i>Crítérios de análise: Relevância para o negócio; As contribuições de melhorias no desempenho da empresa; Resultados sociais e ambientais obtidos com a Inovação; Gestão da Inovação relatada; Possibilidade de disseminação ou replicação; Qualidade das informações prestadas; e Grau de inovação.</i></li> </ul>



Tabela 2. Amostra da pesquisa: empresas com elaboração e publicação do RS

Empresa	Relatório de Sustentabilidade (RS)			
	2007	2008	2009	Modelo
ABN AMRO Real S.A.	Não	Não	Não	-
AES Tietê S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Alcoa Alumínio S.A.	Não	Sim	Sim	GRI
Amanco Serviços e Particip. Ltda	Não	Sim	Sim	GRI
Anglo American Brasil Ltda	Sim	Sim	Sim	GRI
Banco Santander Brasil S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Banco Bradesco S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Bradesco Capitalização S.A.	Não	Não	Não	-
BrasilPrev Seguros e Previd. S.A.	Não	Sim	Sim	Próprio
BRF - Brasil Foods S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Bunge Alimentos S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Carbocloro S.A. Ind. Químicas	Não	Sim	Não	GRI
COELCE	Sim	Sim	Sim	GRI
CODEVASF	Não	Não	Não	-
CPFL Energia S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Eco Negócios Sustentáveis Ltda.	Não	Não	Não	-
EDP - Energias do Brasil S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
E-TAB Teconologia e Gestão Ltda.	Não	Não	Não	-
Fibria Celulose S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
INTELCAV Cartões Ltda.	Não	Não	Não	-
Itaipu Binacional	Sim	Sim	Sim	GRI
Itaú Unibanco S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Masisa do Brasil Ltda.	Sim	Sim	Sim	Próprio
Microsoft Brasil	Sim	Sim	Sim	Próprio
Multiplus Com. de Alimentos Ltda.	Não	Não	Não	-
Natura Cosméticos S.A.	Não	Sim	Sim	GRI
Philips do Brasil Ltda.	Não	Sim	Sim	GRI
Promon S.A.	Sim	Sim	Sim	Próprio
Serasa S.A.	Sim	Não	Sim	GRI
Suzano Papel e Celulose S.A.	Sim	Sim	Sim	GRI
Tetra Pak Ltda.	Sim	Sim	Não	GRI
Wall Mart Brasil Ltda.	Sim	Sim	Sim	GRI

Com base na Tabela 2 verifica-se que 25 empresas (ou 78,13% da população) elaboraram e disponibilizaram os seus RS em pelo menos um dos anos delimitados pela pesquisa, sendo: 21 empresas em 2007, 25 em 2008 e 23 em 2009, e que a maioria adotou a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI) na elaboração dos RS.

Após a definição do universo amostral do estudo, partiu-se para a análise do conteúdo dos RS das empresas dos anos de 2007, 2008 e 2009. No que tange à análise de conteúdo, observou-se as três fases do método, conforme Bardin (2004): (1) pré-análise; (2) exploração do material, que, nesse caso, consistiu dos RS; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para maior confiabilidade dos resultados, a análise foi realizada, em um primeiro momento, por um dos pesquisadores, sendo posteriormente revisada por outros dois. A análise aplicada se inicia de forma qualitativa e prossegue de forma quantitativa, a partir da identificação de cada elemento de evidência observado.

O instrumento de coleta desta pesquisa estruturou-se a partir dos Indicadores de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) da ONU, dispostos nas categorias e subcategorias apresentadas na Tabela 3, sendo replicado para preenchimento dos dados das 25 empresas da amostra, considerando-se os Relatórios de Sustentabilidade disponibilizados em pelo menos um dos períodos analisados (2007-2009).

Após a definição do universo amostral do estudo, partiu-se para a análise do conteúdo dos RS das empresas dos anos de 2007, 2008 e 2009. No que tange à Análise de conteúdo, observou-se as três fases do método, conforme Bardin (2004): (1) pré-análise; (2) exploração do material, que, nesse caso, consistiu dos Relatórios de Sustentabilidade; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para garantir maior confiabilidade dos resultados, a análise dos documentos foi realizada, em um primeiro momento, por um dos pesquisadores, sendo posteriormente revisada por outros dois.

Cabe esclarecer que nesta pesquisa, optou-se pela utilização de três diferentes pesos, como unidade de análise, para classificar e quantificar o nível da evidência relacionada a cada categoria, aplicando-se zero (0) para nenhuma evidência, um (1) para evidência parcial e dois (2) para evidência total – nos RS, do período de 2007 a 2009, das empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e das vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009) que elaboraram e disponibilizaram seus RS no período de análise. Ou seja, para quantificar o número de evidência de cada empresa, com base nos indicadores elencados no Guia da ONU, estabeleceu-se nessa pesquisa, em convergência com os procedimentos de Menezes, Cunha e De Luca (2010), a obtenção de um nível de evidência,



relacionado à abrangência de divulgação (total, parcial e nula) dos indicadores previstos no Guia da ONU. Considerou-se Divulgação Total os dados que foram evidenciados completamente segundo os critérios recomendados pelo Guia da ONU. Aplicou-se o critério Divulgação Parcial para os dados cuja evidenciação não atendia integralmente aos critérios estabelecidos pelo Guia. O critério Divulgação Nula foi utilizado quando não houve evidenciação do respectivo indicador.

Tabela 3. Categorias e subcategorias de análise, segundo o Guia de RSC da ONU

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
1. Comércio, investimentos e relações	1.1 <i>Faturamento bruto total</i>
	1.2 <i>Valor das importações versus exportações</i>
	1.3 <i>Total de novos investimentos</i>
	1.4 <i>Compras locais</i>
2. Criação de empregos e práticas empregatícias	2.1 <i>Mão de obra total - analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero</i>
	2.2 <i>Salários e benefícios para os empregados - analisados por tipo de emprego e gênero</i>
	2.3 <i>Número total e taxa de rotatividade de funcionários - analisados por gênero</i>
	2.4 <i>Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos</i>
3. Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos	3.1 <i>Gastos em pesquisa e desenvolvimento</i>
	3.2 <i>Média de horas de treinamento por ano por empregado - analisado por categoria de empregado</i>
	3.3 <i>Gastos com treinamento por ano e por empregado - analisado por categoria de empregado</i>
4. Saúde e segurança	4.1 <i>Custo da saúde e segurança dos funcionários</i>
	4.2 <i>Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho</i>
5. Contribuições ao governo e à sociedade	5.1 <i>Pagamentos ao governo</i>
	5.2 <i>Contribuições voluntárias à sociedade civil</i>
6. Corrupção	6.1 <i>Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e o valor de multas pagas/a pagar</i>

Fonte: Adaptado de United Nations (2008).

Do exposto, para cada forma de evidenciação atribuiu-se uma pontuação: Total, 2; Parcial, 1; e Nula, 0. Portanto, cada empresa poderia obter o máximo de 32 pontos, levando-se em conta a possibilidade de pontuação máxima (2 pontos) por cada um dos 16 indicadores. No sentido de refinar a análise, agruparam-se as empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental participantes da amostra da pesquisa de acordo com o seu nível de evidenciação, tomando como referência a Análise de *clusters*. Na separação dos dados em grupos, optou-se por trabalhar com três clusters, sendo estes: *cluster 1* – evidenciação baixa; *cluster 2* – evidenciação moderada; e *cluster 3* – evidenciação elevada.

A tabulação eletrônica dos dados por meio do software estatístico SPSS 15.0 – *Statistical Package for the Social Sciences* 15.0 foi realizada para a estatística descritiva e análise de *clusters*. A estatística descritiva foi escolhida para organizar, resumir e apresentar os dados estatísticos (STEVENSON, 1981). A análise de *clusters*, segundo Everitt (1993 apud SOUKI; ANTONIALLI; PEREIRA, 2004, p. 9), “é uma técnica que objetiva agrupar os indivíduos (casos) que possuem características semelhantes em função de um conjunto de variáveis selecionadas”.

Por fim, destaca-se como uma das principais limitações da pesquisa o fato de que as informações sociais e ambientais extraídas dos RS divulgados pelas empresas, na sua grande maioria não passaram por um processo de auditoria, já que não há normatização no Brasil exigindo essa providência. Como acontece nas pesquisas empíricas, os resultados do presente estudo estão condicionados à amostra observada, partindo-se do pressuposto da confiabilidade na divulgação das informações pelas empresas. Além disso, a utilização de um intervalo temporal relativamente curto (2007 a 2009) constitui uma limitação.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a consecução do objetivo do estudo, o presente tópico apresenta os resultados da pesquisa agrupados em tabelas e figuras.

##### 4.1. Caracterização das empresas pesquisadas

A Tabela 4 apresenta a caracterização das 32 empresas participantes da população da pesquisa – vencedoras do Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 ou 2009) – em termos de setor de atividade, natureza da atividade e porte.



Tabela 4. Caracterização das empresas.

Empresa	Setor de atividade	Natureza da atividade	Porte
ABN AMRO Real S.A.*	Finanças	Não poluente	Grande
AES Tietê S.A.	Energia	Poluente	Grande
Alcoa Alumínio S.A.	Siderurgia/metalurgia	Poluente	Grande
Amanco Serv. e Particip. Ltda	Ind. da construção	Poluente	Grande
Anglo American Brasil Ltda	Mineração	Poluente	Grande
Banco Santander Brasil S.A.	Finanças	Não poluente	Grande
Banco Bradesco S.A.	Finanças	Não poluente	Grande
B r a d e s c o Capitalização S.A.	Seguros / previdência	Não poluente	Pequeno
BrasilPrev Seg. e Previd. S.A.	Seguros / previdência	Não poluente	Médio
BRF - Brasil Foods S.A.	Bens de consumo	Poluente	Grande
Bunge Alimentos S.A.	Bens de consumo	Poluente	Grande
Carbocloro S.A. Ind. Químicas	Petroquímica	Poluente	Médio
COELCE	Energia	Poluente	Grande
CODEVASF	Utilidade Pública	Não poluente	Médio
CPFL Energia S.A.	Energia	Poluente	Grande
Eco Negócios Sustent. Ltda	Serviços	Não poluente	Pequeno
EDP - Energias do Brasil S.A.	Energia	Poluente	Grande
E-TAB Teconol. e Gestão Ltda	Serviços	Não poluente	Pequeno
Fibra Celulose S.A.	Papel e celulose	Poluente	Grande
INTELCAV Cartões Ltda	Serviços	Poluente	Médio
Itaipu Binacional	Energia	Poluente	Grande
Itaú Unibanco S.A.	Finanças	Não poluente	Grande
Masisa do Brasil Ltda	Madeira	Poluente	Grande
Microsoft Brasil	Informática	Não poluente	Grande

Empresa	Setor de atividade	Natureza da atividade	Porte
Multiplus Com. de Alim. Ltda	Bens de consumo	Não poluente	Pequeno
Natura Cosméticos S.A.	Bens de consumo	Poluente	Grande
Philips do Brasil Ltda	Eletroeletrônico	Poluente	Grande
Promon S.A.	Serviços	Não poluente	Grande
Serasa S.A.	Serviços	Não poluente	Grande
Suzano Papel e Celulose S.A.	Papel e celulose	Poluente	Grande
Tetra Pak Ltda	Embalagens	Poluente	Grande
Wall Mart Brasil Ltda	Varejo	Não poluente	Grande

Nota: \* - Fusão do Banco Real S.A. com o Banco Santander S.A. em 2008.

Com base nas informações da Tabela 4, verifica-se que os setores predominantes entre as empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental pesquisadas são: Energia e Serviços, com cinco empresas cada um, seguido de Finanças e Bens de consumo, com quatro empresas cada um. Quanto à natureza da atividade, diferentemente do que se esperava, nota-se que a maioria das empresas (18 empresas ou 56,25% do total) enquadra-se como Poluente. Destaca-se ainda que a maioria das empresas (24 empresas ou 75% do total) é de Grande porte.

Em sua pesquisa sobre os fatores que influenciavam na divulgação socioambiental em uma amostra de 150 empresas em seis países europeus, Adams, Hill e Roberts (1998) constataram que o porte e o setor de atuação influenciam no padrão de divulgação dos relatórios sociais das empresas.

#### 4.2. Nível de evidência das empresas premiadas em relação a partir de análise individualizada por categoria dos Indicadores de RSC da ONU

Cabe esclarecer que os resultados apresentados nesta subseção apresentam as análises da evidência nos RS publicados dos anos de 2007, 2008 e 2009, pelas 21, 25 e 23 empresas premiadas pesquisadas, respectivamente.

A Tabela 5 apresenta o resultado da análise da evidência (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre as subcategorias dos indicadores referentes ao Comércio, investimentos e relações, no período analisado.



Tabela 5. Evidenciação da categoria 1 - Comércio, investimentos e relações.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
1.1 Faturamento bruto total	14	6	1	14	7	4	14	6	3
1.2 Valor das importações versus exportações	1	10	10	0	12	13	0	10	13
1.3 Total de novos investimentos	13	8	0	14	11	0	15	8	0
1.4 Compras locais	3	7	11	2	12	11	3	12	8
Pontuação máxima no ano	168 pontos ou 100%			200 pontos ou 100%			184 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	93 pontos ou 55%			102 pontos ou 51%			100 pontos ou 54%		
Diferença	75 pontos ou 45%			98 pontos ou 49%			84 pontos ou 46%		

Com base nas informações disponibilizadas na Tabela 5, nota-se que não houve um aumento na pontuação real de 2007 para os anos subsequentes, verificando-se uma maior ocorrência da subcategoria de Faturamento total bruto e total de investimentos, o que está diretamente associado à obrigatoriedade legal de divulgação dessa informação na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), em detrimento às subcategorias relativas ao Valor das importações versus exportações e Compras locais que apresentam uma menor ocorrência, considerando a inexigibilidade de sua evidenciação nas demonstrações contábeis obrigatórias.

A Tabela 6 dispõe sobre o resultado da análise da evidenciação (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre as subcategorias correlatas aos indicadores de Criação de empregos e práticas empregatícias, no período analisado.

Com base na Tabela 6, nota-se que houve um aumento na pontuação real de 2007 para os anos subsequentes, revelando a melhoria da qualidade informacional dos RS das empresas premiadas no período. Pode-se observar ainda a preponderância, nos três anos consecutivos, da evidenciação acerca da Mão de obra total (empregos gerados), detalhando o tipo de emprego, contrato e gênero, o que demonstra o impacto que a existência da entidade e das atividades desenvolvidas por ela gera na sociedade e na economia do país. No que tange às demais subcategorias, identifica-se o registro de informações pertinentes, entretanto sem uma

Tabela 6. Evidenciação da categoria 2 - Criação de empregos e práticas empregatícias.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
2.1 Mão de obra total - analisada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero	15	3	3	19	6	-	20	3	-
2.2 Salários e benefícios para os empregados - analisados por tipo de emprego e gênero	5	9	7	7	13	5	7	11	5
2.3 Número total e taxa de rotatividade de funcionários - analisados por gênero	6	10	5	10	11	4	10	9	4
2.4 Porcentagem dos empregados abrangidos por acordos coletivos	4	6	11	7	6	12	7	6	10
Pontuação máxima no ano	168 pontos ou 100%			200 pontos ou 100%			184 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	93 pontos ou 55%			122 pontos ou 61%			117 pontos ou 64%		
Diferença	75 pontos ou 45%			78 pontos ou 39%			67 pontos ou 36%		

maior clareza e detalhamento na divulgação, refletindo no enquadramento de evidenciação parcial.

A Tabela 7 apresenta o resultado da análise da evidenciação (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre as subcategorias referentes à Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, no período analisado.

A partir das informações disponibilizadas na Tabela 7, observa-se a maior ênfase no registro completo de informações relativas à subcategoria de Gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) ressaltando a importância do investimento em ativo intangíveis em inovação como diferencial da continuidade da empresa a solidificação de suas atividades.

A Tabela 8 dispõe sobre o resultado da análise da evidenciação (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre as subcategorias referentes à Saúde e segurança, no período analisado.



Tabela 7. Evidenciação da categoria 3 - Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
3.1 Gastos em pesquisa e desenvolvimento	14	5	2	17	6	2	19	4	0
3.2 Média de horas de treinamento por ano por empregado - analisado por categoria de empregado	12	5	4	14	6	5	13	7	3
3.3 Gastos com treinamento por ano e por empregado - analisado por categoria de empregado	11	7	3	13	10	2	10	13	0
Pontuação máxima no ano	126 pontos ou 100%			150 pontos ou 100%			138 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	91 pontos ou 72%			110 pontos ou 73%			108 pontos ou 78%		
Diferença	35 pontos ou 28%			40 pontos ou 27%			30 pontos ou 22%		

Tabela 8. Evidenciação da categoria 4 - Saúde e segurança.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
4.1 Custo da saúde e segurança dos funcionários	12	7	2	16	7	2	17	5	1
4.2 Dias de trabalho perdidos devido a acidentes, ferimentos e doenças relacionados ao trabalho	16	2	3	19	4	2	19	4	0
Pontuação máxima no ano	84 pontos ou 100%			100 pontos ou 100%			92 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	56 pontos ou 67%			81 pontos ou 81%			81 pontos ou 88%		
Diferença	28 pontos ou 33%			19 pontos ou 19%			11 pontos ou 12%		

Verifica-se, conforme Tabela 8, que houve um considerável aumento na pontuação real de 2007 para os dois anos subsequentes, revelando a melhora na qualidade informacional dos RS das empresas premiadas no período. A subcategoria Dias de trabalho perdidos devido a acidentes de trabalho, ferimentos e doenças relacionadas ao trabalho foi a que apresentou o melhor nível de evidenciação da categoria Saúde e segurança, o que pode ser influenciado pelo seu impacto na produtividade da empresa, bem como na imagem institucional para a sociedade.

A Tabela 9 apresenta o resultado da análise da evidenciação (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre as subcategorias referentes às Contribuições ao governo e à sociedade, no período analisado.

Tabela 9. Evidenciação da categoria 5 - Contribuições ao governo e à sociedade.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
5.1 Pagamentos ao governo	14	5	2	15	8	2	14	8	1
5.2 Contribuições voluntárias à sociedade civil	11	10	-	9	16	0	10	13	0
Pontuação máxima no ano	84 pontos ou 100%			100 pontos ou 100%			92 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	65 pontos ou 77%			72 pontos ou 72%			69 pontos ou 75%		
Diferença	19 pontos ou 23%			28 pontos ou 28%			23 pontos ou 25%		

A partir da Tabela 9 observa-se uma maior ênfase no registro completo de informações referentes a Pagamentos ao governo, o que deve estar intrinsecamente relacionado à obrigatoriedade legal de divulgação dessas informações nas demonstrações contábeis pela lei societária. Quanto às Contribuições voluntárias à sociedade civil, destaca-se a predominância de registro parcial dessa subcategoria, de relevante caráter social.

A Tabela 10 dispõe sobre o resultado da análise da evidenciação (Total = T; Parcial = P; Nula = N) nos RS das empresas premiadas pesquisadas sobre a subcategoria referente à Corrupção, no período analisado.



Tabela 10. Evidenciação da categoria 6 - Corrupção.

Subcategorias	Número de empresas com evidenciação								
	2007			2008			2009		
	T	P	N	T	P	N	T	P	N
6.1 Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e o valor de multas pagas/a pagar	1	12	8	2	16	7	2	15	6
Pontuação máxima no ano	42 pontos ou 100%			50 pontos ou 100%			46 pontos ou 100%		
Pontuação atingida no ano	14 pontos ou 33%			20 pontos ou 40%			19 pontos ou 41%		
Diferença	28 pontos ou 67%			30 pontos ou 60%			27 pontos ou 59%		

Conforme Tabela 10, nota-se que, apesar da sensível evolução indicada no período, a única subcategoria referente à Corrupção apresenta um baixo nível de divulgação, com divulgação total de apenas uma empresa em 2007 e de duas empresas em 2008 e em 2009, possivelmente por que informações relativas a essa categoria se relacionam a externalidades negativas da empresa.

A Tabela 11 retrata o resultado da pontuação geral (Máxima = M; Atingida = A; Diferença = D), nos RS de 2007, 2008 e 2009 das empresas premiadas pesquisadas, referente a cada uma das categorias indicadas no Guia da ONU.

Tabela 11. Análise geral da evidenciação de informações sociais relacionadas às categorias.

Categorias	Pontuação em cada uma das categorias por período								
	2007			2008			2009		
	M	A	D	M	A	D	M	A	D
1	168	93	75	200	102	98	184	100	84
2	168	93	75	200	122	78	184	117	67
3	126	91	35	150	110	40	138	108	30
4	84	56	28	100	81	19	92	81	11
5	84	65	19	100	72	28	92	69	23
6	42	14	28	50	20	30	46	19	27
Total em pontos	672	412	260	800	507	293	736	494	242
Total em percentual	100%	61%	39%	100%	63%	37%	100%	67%	33%

Em linhas gerais, pode-se observar, conforme Tabela 11, que as empresas premiadas melhoraram o nível de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU nos Relatórios de Sustentabilidade entre 2007 e 2009, em virtude do maior atendimento (total ou parcial) de informações das subcategorias vinculadas às seis categorias do Guia da ONU.

Diferentemente dos resultados da presente pesquisa, no estudo de Menezes, Cunha e De Luca (2010), os autores constataram que quatro indicadores estiveram presentes em todas as empresas investigadas (Faturamento total; Pagamentos ao governo; Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero; e Compras locais). Por sua vez, os achados deste estudo corroboram com Menezes, Cunha e De Luca (2010) no que diz respeito ao indicador Salários e benefícios para os empregados por tipo de emprego e gênero (vinculado à categoria 2 - Criação de empregos e práticas empregatícias) que teve maior evidenciação do tipo parcial, possivelmente em virtude da inclusão dessas informações na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e na Distribuição do Valor Adicionado (DVA), ambas legalmente exigidas para as empresas de capital aberto (MENEZES; CUNHA; DE LUCA, 2010).

### 4.3. Análise de clusters

As empresas premiadas foram classificadas nos *clusters* de 1 a 3, dependendo do nível de atendimento de evidenciação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU nos RS entre 2007 e 2009. A Figura 1 apresenta a classificação das empresas nos *clusters* com a utilização do *software* estatístico SPSS 15.0.

Conforme dendograma apresentado na Figura 1, participaram do *cluster 1* (evidenciação baixa) cinco empresas que obtiveram pontuação geral nos três anos entre 17 e 33 pontos, do *cluster 2* (evidenciação intermediária) dezenove empresas com pontuação entre 40 e 86 pontos, e do *cluster 3* (evidenciação alta) apenas a empresa Itaú Unibanco S.A., com pontuação de 95 pontos.

Dessa forma, verifica-se que a maioria das empresas premiadas no Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e das vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007 a 2009), que publicaram os Relatórios de Sustentabilidade de 2007, 2008 e 2009, apresenta evidenciação moderada dos pilares da sustentabilidade empresarial, e são, portanto, classificadas no *cluster 2*, representando 76% das empresas analisadas.



### Dendrograma usando relação simples

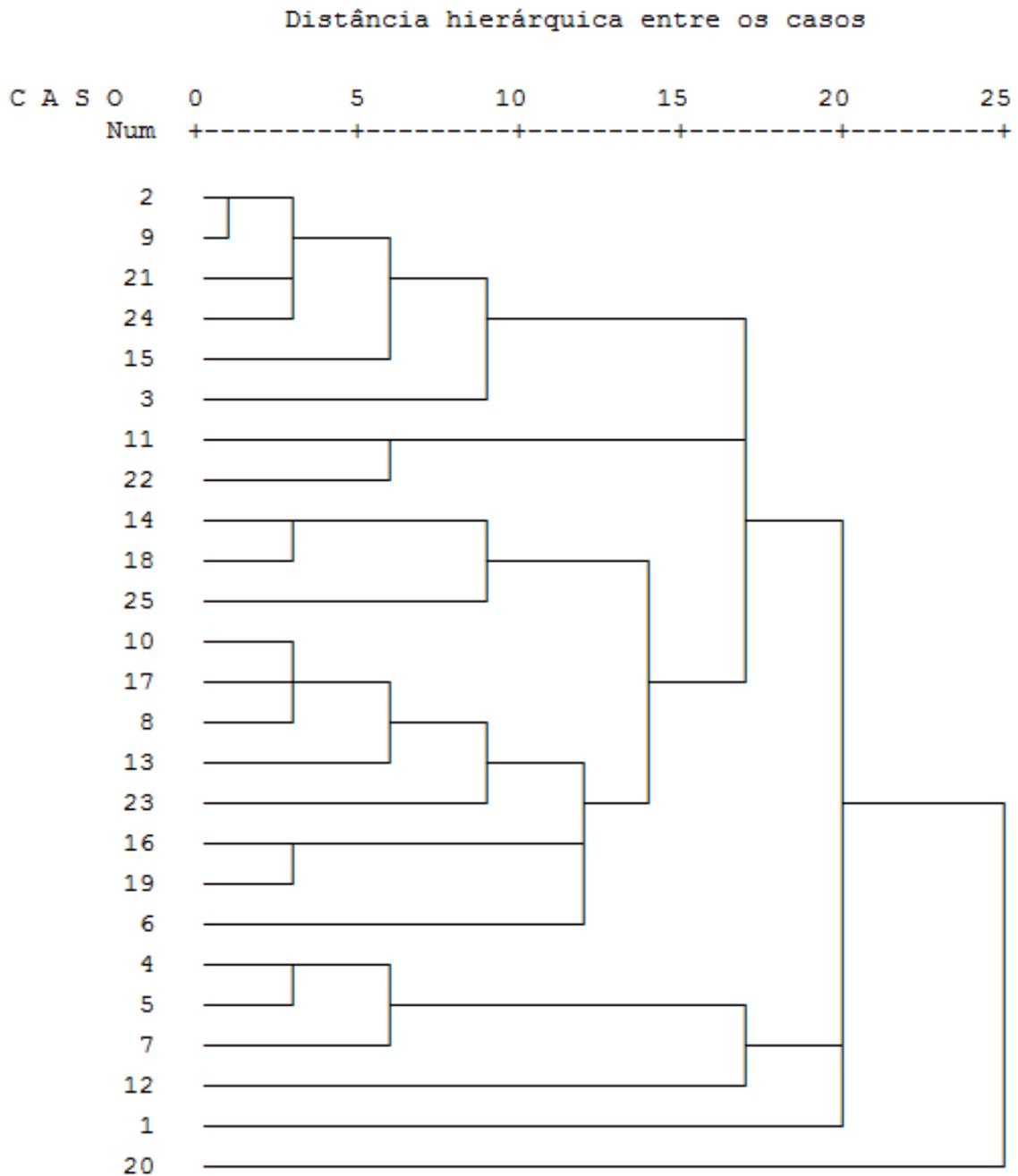


Figura 1. Perfil dos *clusters* com base na evidênciação geral *Clusters*.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal analisar a qualidade informacional dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) do período de 2007 a 2009, divulgados pelas empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU.

Para tanto, realizou-se, inicialmente, um estudo descritivo, com abordagem qualitativa dos dados, realizado por meio de pesquisa documental (Relatórios de Sustentabilidade de 2007, 2008 e 2009) para a coleta e das técnicas Análise de conteúdo e Análise de clusters para a análise dos dados.

De modo geral, os resultados obtidos possibilitaram verificar que a maior parte das 32 empresas participantes da população da pesquisa – vencedoras do Guia Exame de Sustentabilidade (2009) e vencedoras do Prêmio ECO da AMCHAM e do Valor Econômico (2007, 2008 e 2009) – é de grande porte, atuante nos setores de Energia, Serviços, Finanças e Bens de consumo, e apresenta natureza da atividade caracterizada como Poluente.

Com relação ao nível de evidência adotado pelas empresas pesquisadas nos Relatórios de Sustentabilidade com base nos Indicadores da ONU, os resultados identificam que os indicadores com o maior nível de evidência são os de natureza econômico-financeira, com obrigatoriedade legal de publicação nos demonstrativos das entidades (Tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos, Saúde e segurança e Contribuições ao governo e à sociedade), em detrimento das informações relacionadas à Corrupção, possivelmente por que informações relativas a essa categoria se relacionam a externalidades negativas da empresa.

Ressalta-se que a análise realizada, sinalizou importantes pontos sobre a evidência voluntária, a partir dos Indicadores da ONU, nos Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas por suas práticas de responsabilidade socioambiental, consideradas como referencial (*benchmark*) para outras empresas que não fazem parte desse universo.

Por fim, na análise de *clusters*, constatou-se que a maioria das empresas classificou-se no *cluster 2* (evidência moderada), representando 76% das empresas analisadas. Já cinco empresas, o equivalente a 20%, classificaram-se no *cluster 1* (evidência baixa) e apenas uma, 4% da amostra, no *cluster 3* (evidência elevada), o que demonstra que mesmo empresas consideradas como benchmark por suas práticas de responsabilidade social ainda têm um longo caminho a trilhar no sentido da transparência e qualidade da divulgação de suas práticas socioambientais.

Por fim, especificamente sobre as categorias do Guia da ONU que apresentaram os maiores níveis de evidência pelas empresas no período analisado, cabe elucidar que, apesar do rigor científico aplicado, é importante que em

estudos futuros sejam empregadas técnicas estatísticas robustas, para se poder discernir sobre fatores explicativos ou condicionantes dos níveis de evidência voluntária de informações socioambientais nas empresas brasileiras.

## 6. REFERÊNCIAS

ADAMS, C.A.; HILL, W.; ROBERTS, C.B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behavior?. **The British Accounting Review**, v. 30, n. 1, p. 1-21, 1998.

ANDERSON, J.C.; FRANKLE, A.W. Voluntary social reporting: an iso-beta portfolio analysis. **The Accounting Review**, v. 55, n. 3, p. 467-479, Jul. 1980.

BANSAL, P.; ROTH, K. Why companies go green: a model of ecological responsiveness. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 4, p. 717-736, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECCHETTI, L.; DI GIACOMO, S.; PINNACCHIO, D. Corporate social responsibility and corporate performance: evidence from a panel of US listed companies. **Research Paper Series**, v. 26, n. 78, p. 1-56, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2011.

CORAL, E. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. 275 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CUNHA, J.V.A.; RIBEIRO, M.S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica – RAUSP**, v. 1, n. 1, Art. 6, jan./jun. 2008.

DYE, R. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 181-235, 2001.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. **Accounting for the environment**. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

\_\_\_\_\_; OWEN, D.; ADAMS, C. **Accounting & accountability: changes and challenges in corporate social and environmental reporting**. London: Prentice Hall, 1996.

\_\_\_\_\_. *et al.* Social and environmental disclosure and corporate characteristics: a research note and extension.



**Journal of Business Finance and Accounting**, v. 28, p. 327-356, 2001.

LABATT, S.; WHITE, R. **Environmental finance**. New York: Wiley, 2002.

LUCENA, S.L.; TRAVASSOS, S.K.M. Análise comparativa dos relatórios de sustentabilidade do Global Reporting Initiative com ênfase nas empresas de capital aberto com atuação no Brasil. **Veredas FAVIP – Revista Eletrônica de Ciências**, v. 2, n. 1 e 2, 2009.

MENEZES, A.F.; CUNHA, L.T.; DE LUCA, M.M.M. Evidenciação voluntária de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** São Leopoldo: ABC Custos, 2010. CD-ROM.

MILANI FILHO, M.A.F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 89-101, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, M.C. *et al.* Divulgação dos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU pelas empresas brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16., 2009, Fortaleza. **Anais...** São Leopoldo: ABC Custos, 2009. CD-ROM.

REZENDE, I.A.C. A rentabilidade e a *performance* dos fundos de investimentos socialmente responsáveis no Brasil. In: CONGRESSO ANPCONT, 1., 2007, Gramado. **Anais...** Blumenau: FURB, 2007. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; SANTOS, L.S.R. Análise da rentabilidade e *performance* dos investimentos socialmente responsáveis: um estudo empírico no mercado brasileiro. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006. CD-ROM.

REZENDE, J.M.; JUNQUEIRA, M.C.; MEDEIROS, C.R.O. Responsabilidade social empresarial: uma prática de gestão? In: Semana do Servidor e Semana Acadêmica, 4., 2008. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2008.

RIBEIRO, M.S.; GASPARINO, M.F. Evidenciação ambiental: comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA/USP, 2006. CD-ROM.

RIBEIRO, A.M.; VAN BELLEN, H.M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: FEA/USP, 2008. CD-ROM.

ROVER, S.; MURCIA, F. D. Influência do disclosure voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras. In: CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Blumenau: FURB, 2010. CD-ROM.

SOUKI, G.Q.; ANTONIALLI, L.M.; PEREIRA, C.A. Atributos do ponto de venda e a decisão de compra dos consumidores: subsídios para as estratégias dos agentes da cadeia produtiva da carne bovina. In: ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. CD-ROM.

STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada a administração**. São Paulo: Harper E Row do Brasil, 1981.

TEIXEIRA, E.A.; NOSSA, V. Sinalizando responsabilidade social: relação entre o índice de sustentabilidade empresarial e a estrutura de capital das empresas. In: CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Blumenau: FURB, 2010. CD-ROM.

VANSTRAELEN, A.; ZAZERSKI, M.T.; ROBB, S.W.G. Corporate nonfinancial disclosure practices and financial analyst forecast ability across three European countries. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v. 14, p. 249-278, Oct. 2003.

VOSS, B.L.; PFITSCHER, E.D.; CRUZ, F. Responsabilidade social das entidades premiadas pela ADVB/SC do ano de 2006. In: SIMPOI, 13, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-EASP, 2010.

UNITED NATIONS. **Guidance on corporate responsibility indicators in annual reports**. United Nations: New York and Geneva, 2008.

WILMSHURST, T.D.; FROST, G.R. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 13, n. 1, p. 10-26, 2000.



## INFORMATIONAL QUALITY SUSTAINABILITY REPORTING OF AWARD-WINNING COMPANIES FOR ITS PRACTICES OF ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: AN ANALYSIS BASED ON INDICATORS OF THE ONU

---

### Abstract

*Given the importance of the Sustainability Report as an instrument of management and disclosure of investments and actions taken by companies in the socio-environmental area, this study aims to analyze the information quality of Sustainability Reporting (SR) for the period 2007 to 2009, published by companies recognized for their practice of environmental responsibility, based on the indicators of corporate social responsibility of the UN. This is a descriptive study, qualitative and quantitative in nature, bringing a sample of 25 companies awarded in Guia Exame 2009 Sustainability Award or the winners of ECO prize from AMCHAM and the journal Valor Econômico (2007, 2008 and 2009). The information quality of RS was investigated by the technique of content analysis and measured as indicators of the UN. For statistical evaluation we used the cluster analysis. The results show that the categories of the UN's Guide that had the highest levels of disclosure in the period studied are Technology and Human Resources Development, Health and Safety and Contributions to Government and Society at the expense of Information on corruption, which represent the lower incidence of disclosure, possibly because they express negative externalities of business. In cluster analysis, we found that most companies ranked in cluster 2 (moderate disclosure), representing 76% of firms. Already five companies, equivalent to 20%, were classified in cluster 1 (low disclosure) and only one in cluster 3 (high disclosure), which shows that even companies regarded as a benchmark for its socially responsible practices have a long way to go towards transparency and quality of disclosure of their social and environmental practices.*

**Keywords:** Disclosure, Sustainability Reporting (SR), Indicators of Corporate Social Responsibility

---